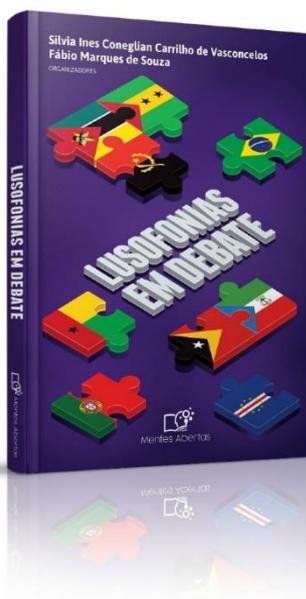


**LUSOFONIA: identidades, imaginários, crenças,
diversidade. desdobramentos e debates**

LUSOPHONY: identities, images, beliefs, diversity. developments and discussions

**LUSOFONÍA: identidades, imaginarios, creencias,
diversidad. desdoblamiento y debates**

 José Alberto Miranda Poza¹



VASCONCELOS, Sílvia Ines Coneglian Carrilho; SOUZA, Fábio Marques (Orgs.) **Lusofonias em debate**. São Paulo: Mentes Abertas, 2020, 191 p.

<https://mentesabertas.minhalojanouol.com.br/produto/318268/lusofonias-em-debate>

¹ Doutor. Professor no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: ampoza@globo.com

Recebido em: 10/01/2021
Aprovado em: 20/02/2021



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

É fato inveterado o elo que os conceitos de língua e nação – atrelados a outros: cultura, imaginário, ideologia e, inclusive, poder (superioridade sobre outras culturas e povos) – mantiveram ao longo dos séculos. Fazendo uma breve história no âmbito das línguas românicas, no século XII, no ainda incipiente francês antigo, Lausberg (1985, p. 58-59) oferece um documento significativo a respeito, que contém um fragmento de autoria do trovador francês Chrétien de Troyes, pertencente ao segundo dos seus cinco romances de cavalaria do ciclo arturiano, intitulado *Cligès* (1176). Já nos primeiros versos, a consciência cultural (e linguística) dos franceses aparece fortemente marcada, relacionada ao conceito conhecido como *translatio studii*, isto é, transferência de saberes de uma época para outra e de um lugar para outro:

Ce nos ont nostre livre apris:
Que Grece ot de chevalerie
Le premier los et de clergie.
Puis vint chevalerie a Rome
Et de la clergie la some,
Qui ore est na France venue.
Des doint qu'ele i soit retenue
Et que li leus li abelisse,
Tant que ja mes de France n'isse
L'enors qui s'í est arestee.
Des l'avoit as autres prestee,
Mes des Grezois ne des Romains
Ne dit an mes ne plus ne mains;
D'aus est la parole remese
Et estainte la vive brese.

[“Nossos livros nos ensinaram isto: / Que a Grécia teve a primeira glória da cavalaria e da cultura. / Mais tarde, a cavalaria e a flor da cultura foram a Roma, / E agora elas passaram para a França. / Permita Deus que elas fiquem aqui / E que este lugar seja agradável para elas, / De forma que nunca mais saia da França / A honra que aqui se instalou. / Deus tinha-a concedido a outros, / Mas dos gregos e dos romanos / não se fala mais (nem pouco, nem muito); / Cessou toda fala sobre eles [também, na língua deles], / e extinguiu-se sua viva brasa”. Apud MIRANDA POZA, 2019, p. 94]

Um segundo momento nesse percurso histórico – no caso, a respeito de outra língua românica, o espanhol – está representado no seguinte trecho, tomado do prólogo da *Gramática de la lengua castellana*, de Elio Antonio de Nebrija (1492):

Cuando bien conmigo pienso, mui esclarecida Reina, i pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas que para nuestra recordación τ memoria quedaron escriptas, una cosa hállo τ sáco por conclusión mui certa: que siempre la lengua fue compañera del império; τ de tal manera lo siguió, que junta mente començaron, crecieron, florecieron τ después junta fue la caída de entrambos (NEBRIJA, apud MEYER, 2002, s.p.)

Com efeito, quando se fala de língua e nação parece como se o tempo não passasse. Existe, mais ou menos espalhada, a ideia de que uma língua é um sistema de signos verbais ou escritos que representa uma

maneira de ver ou de conceber as coisas; uma língua expressa uma maneira de ser, de compreender a realidade, de sentir e, portanto, de fazer. Uma língua condensa toda uma cultura.

E o que seria uma nação? Uma nação, dentro desse mesmo imaginário, estaria formada por todos os habitantes nativos de um país, na medida em que eles têm uma origem comum, falam uma língua comum e se diferenciam dos outros povos através de uma forma singular de pensar e de agir. É evidente que esta definição de nação guarda uma estreita correspondência com a de língua acima reproduzida. Que a língua seja a expressão de uma maneira de ser, pensar e fazer bem como que uma nação seja o conjunto de habitantes que falam uma língua e se diferenciam de outros por uma maneira específica de pensar e de agir é o que escreveu Christoph Adelung no seu *Dicionário alemão* (1796). Adelung falava a língua do romantismo. Nebrija não foi romântico, mas renascentista, e estava mais preocupado pelo poder do príncipe que pela alma dos povos. Mas ambos acreditavam que nação e língua são uma e a mesma coisa, diferente de outras nações, de outras línguas.

Ora, para um romântico, ao mesmo tempo que um produto de uma ordem da natureza, a língua é uma manifestação de uma identidade cultural, da alma de um povo. E, na verdade, quando ele dedicava sua *Gramática* à “mui alta et assim esclarecida princesa doña Isabel, la tercera deste nombre, Reina i señora natural de España i las Islas de nuestro mar” (NEBRIJA, s/a), lembrava-a “que siempre la lengua fue compañera del imperio, y que de tal manera lo siguió, que juntamente comenzaron, crecieron y florecieron, y después junta fue la caída de entrambos” (NEBRIJA, s/a). Nebrija estava falando dos impérios assírios, indos, siciônios e egípcios, mas previa o potencial de poder imperial de aquela rainha que tinha expressado suas dúvidas sobre a utilidade e proveito da *Gramática*. Para convencê-la, Nebrija recorreu ao argumento de autoridade: o bispo de Ávila acabava de afirmar que uma língua comum era requisito indispensável para que os povos bárbaros e as nações de peregrinas línguas – “que vossa Alteza ia subjugar” – receberam as leis que o vencedor impõe ao vencido. Quando língua e nação se identificam, a língua se converte em instrumento do império, do poder.

Mais um documento histórico que nos aproxima definitivamente ao nosso propósito: as reflexões linguísticas de Fernando Pessoa giram ao redor de três eixos fundamentais relacionados entre si:

A demanda de uma ortografia unificada para Portugal e o Brasil, feita em favor de uma ortografia etimológica; a função transcendente que a língua portuguesa tem na criação de um virtual império cultural português; e o voto de uma língua tradicional que permita o intercâmbio cultural, respondendo assim à vontade de expansão universalista da cultura” (GARCÍA MARTÍN, 1998, p. 146).

Pessoa defende uma ortografia etimológica, pois só ela reflete o trabalho de uma cultura construída com séculos de esforço. A etimologia, frente ao critério fonético, por exemplo, justificava-se pelo fato de ela representar um momento de esplendor cultural e de afirmação imperialista, o Renascimento. Assim, na

ótica pessoana, “o apogeu da grandeza de uma nação se atinge quando cumpre o seu imperialismo específico” (PESSOA, 1979, p. 220).

No desejo de construir uma língua nacional estável que servisse o seu propósito imperialista, Pessoa considerou “dois fatores que poderiam agir como elementos desestabilizadores da unidade linguística: o regionalismo e o estrangeirismo” (GARCIA MARTÍN, 1998, p. 150). Nada de estranho nesse imaginário – e, mais uma vez, duas amostras que incidem no mesmo ponto.

Com efeito, não em vão, a Revolução Francesa – mais uma vez, o testemunho da França – “determinou de forma taxativa a destruição dos dialetos (*patois*) [...] *Guerre aux patois!*” (ALVAR, 1982, p. 71). Na República (revolucionária), una e indivisível, a língua devia ser, também, única; a unidade da República exigia unidade idiomática, mesmo se, para tanto, foi preciso o recurso à coação, como na Alsácia, onde “fait régner une véritable terreur linguistique” [reinou um verdadeiro terror linguístico] (RÉAU, 1951, p. 372), obrigando a apagar as inscrições alemãs e substituindo-as por outras em francês. Após a Revolução, mais uma vez, o Império: Napoleão faz do francês a língua oficial em diversos territórios italianos, onde seus atos políticos deviam ser escritos “na língua da liberdade” (ALVAR, 1982, p. 73).

Todas essas ideias que, como foi dito, já pertenciam a certos imaginários da tradição – embora adequadamente recontextualizados para cada nova situação histórica sobrevinda – permaneceriam algum tempo depois na outra grande Revolução, a Russa. Com efeito, Stalin (1968, p. 34) chama a atenção sobre o fato de os partidários de Lenin irem manifestando ideias procedentes de Marx, mas, em última instância, da própria Revolução Francesa, em matéria linguística: “Marx riconosceva la necessità di una lingua nazionale unitaria in quanto forma superiore, cui sono sottoposti i dialetti, forme inferiori” [Marx reconhecia a necessidade de uma língua nacional unitária concebida como forma superior, à qual estariam submetidos os dialetos, formas inferiores]. De fato, nas conclusões do próprio Stalin, além de utopias e sentimentalismos, há(havia) necessidade de uma língua nacional:

- a) la lingua, come mezzo di comunicazione, è sempre stata e rimarrà una lingua unitaria per la società, comune per i suoi membri; [a língua, como meio de comunicação sempre foi e continuará sendo uma língua unitária, comum aos seus membros]
- b) l’esistenza di dialetti e di gerghi non nega, bensí conferma l’esistenza di una lingua comune a tutta la nazione, della quale essi sono ramificazioni, rimanendo ad essa sottoposti; [a existência de dialetos e jargões não nega, mas confirma, a existência de uma língua comum a toda a nação, da qual eles são ramificações, permanecendo sujeitos a ela]
- c) la formula circa la “natura classista” della lingua è una formula erronea, non marxista [o conceito que diz sobre a “natureza classista” da língua é um conceito errôneo, não marxista] (STALIN, 1968, p. 45).

Entendemos que todas essas informações são necessárias para contextualizar de forma adequada os conteúdos desenvolvidos pelos respectivos autores – até dez trabalhos / capítulos – da coletânea organizada pela professora Silvia Ines Coneglian Carrilho de Vasconcelos e pelo professor Fábio Marques de Souza a

propósito dos imaginários e, sobretudo, das ressignificações do termo Lusofonia no século XXI, à luz dos subsídios que oferecem as mais recentes teorias linguísticas. O título já é instigador o suficiente: fala-se em Lusofonias, plural e não singular; ainda, acrescenta-se o sempre necessário debate que deve presidir toda pesquisa acadêmica voltada para a sociedade.

Do início, salienta-se o fato de o termo Lusofonia ser de origem recente: “só aparece após 1950 no dicionário Houaiss, mas não é possível datar com precisão” (p. 29). Ainda, seu uso e desenvolvimento, e as referências a ela aparecem com maior frequência nos estudos portugueses “a partir da década de 1980 a 1990, período em que Portugal buscou uma recomposição nas relações com as suas ex-colônias” (p. 30). Fala-se, então, de um movimento político que opera por razões econômicas e que se usa desse termo / conceito para acionar seus interesses: “A estimativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal é de que o valor econômico da língua portuguesa venha só aumentar” (p. 34). Nada de estranho nesse imaginário se pensarmos, mais uma vez, com posicionamentos semelhantes, desenvolvidos, ainda, aproximadamente na mesma época, na Espanha em relação com a língua espanhola no mundo e, em especial, nos países que foram antigas colônias na América: no caso, o termo, amplamente significativo *per se*, respondia ao construto “industrias de la lengua” (SANTOS REDONDO; MONTÁS BETANCES, 2010).

Cabe, nesse sentido, mencionar aqui a reflexão trazida no livro originária de Couto (2011) a propósito do termo Lusofonia: “é uma ideia de políticos num projeto que não é de todos nós” (p. 48). Ainda, cabe a ressalva teórica de o português ser uma língua única para o chamado “Império Português” – e, então, mais uma ressalva, agora em termos ideológicos (imaginários).

No caso dessa segunda ressalva, as reflexões tecidas acima relacionam, a partir das referências de Pessoa, “o sonho utópico do Quinto Império” (p. 29), idealizado pelo Padre Antônio Vieira, que é retomado por Cristóvão (2005) na discussão sobre a construção da Lusofonia, mobilizando os literatos portugueses – o próprio Pessoa e Agostinho da Silva – a fim de ressaltar que a língua e a cultura portuguesas se converteram em principal instrumento para criar a base de uma pátria linguística, mais tarde convertida em comunidade de países. Mais uma vez: império, pátria, língua. Esse tripé, convenientemente acrescido, teve repercussão nos imaginários de António Oliveira Salazar, que atrelava os princípios educacionais “Deus, Pátria, Família e Autoridade” à Política Linguística (p. 125). E, a partir do imaginário, “a língua é a pátria dos povos” (p. 133), a inevitável narrativa romântica que o enfeita: criada ao sol do mar, batida pelos ventos da montanha, língua que embalou heróis e santos, língua que as ondas do Atlântico conheceram e dilataram, é ela a fronteira última de Portugal no mundo” (MARTINS; MOTTA, 1974, p. 12).

No referente à primeira ressalva, as contribuições e os avanços resultam ser mais instigantes. No livro, vários trabalhos insistem na construção de uma nova ideia de Lusofonia. Essa nova ideia estaria

embasada na proposta de considerar – a partir de autores como Brito (2017) – “não um centro, mas centros em toda parte” (p. 14), isto é, uma Lusofonia entendida além da demarcação de fronteiras, “alargando os limites que a Geografia e os interesses políticos nos impõem e incorporando novos significados” (p. 22). Trata-se de revisitar esse conceito de unidade atávica agora contemplado “em constante movimento de ir e vir” (p. 11), longe da etimologia original do próprio termo, Lusitânia, hoje entendido como uma contextualização que evoca “a comunidade dos Países de língua portuguesa” (p. 12).

Cabe nesta ressignificação a compreensão do português como “língua multidimensional, intercultural e policêntrica” (p. 7) o qual vai permitir uma (nova) Lusofonia constituída como um espaço marcado “não apenas pelo uso de uma língua, mas também pelos usos e costumes culturais comuns, capazes de promover as bases essenciais para um ambiente fecundo de comunicação, inter, trans, pluri e multicultural” (p. 11).

Evoca-se o fenômeno da variação linguística, tão presente nos contextos hodiernos da teoria linguística quando se fala na concepção do que se entende por língua. Esse fenômeno social comum em qualquer contexto linguístico faz com que a língua portuguesa não possa ser a mesma nos países ditos lusófonos, internamente e em comparação aos demais países, como podia ser pretendido quando das referências “à língua una, homogênea na comunidade lusófona” (p. 52). Inclusive quando, desde perspectivas mais conciliadoras, ainda são evocados pretensos “instrumentos que possam garantir a unidade da língua portuguesa” (p. 103), uma vez que “nos oito países que têm o português como língua oficial, apesar da incorporação de vocábulos nativos, de certas peculiaridades de sintaxe, pronúncia e grafia, a língua portuguesa mantém uma unidade” (p. 101).

Nesse mesmo sentido, a situação linguística em Timor-Leste dista muito do que se diz nos meios oficiais. Inclusive, em ambientes governamentais é reconhecido o uso do Tétum, além do inglês ou do indonésio (p. 53). De fato, os funcionários do Ministério das Finanças utilizam o inglês diante dos interesses comerciais com a Austrália – por sua vez, dito de passagem, colônia britânica. Há notícias de cartazes em indonésio, embora a Indonésia tenha sido invasora do território por um período de 25 anos. Esses e outros dados convidam a uma profunda reflexão e ressignificação do que deve ser entendido por Lusofonia, pois, em realidade, longe de evocar românticas unidades imperiais, pretéritas e futuras, revela-se como um termo que une países em que o português é adotado como língua materna na maioria da população (Brasil e Portugal) quanto países “que têm o português como língua oficial, mas que não é majoritária, como os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste” (p. 74).

Falamos em variação linguística além das fronteiras de Portugal. Mas, dentro de Brasil, a obra aborda duas visões enriquecedoras. Uma diz a propósito do próprio conceito de variedade e sua repercussão dentro das manifestações comunitárias padronizadas. Nesse sentido, faz-se referência ao português caipira

– na eterna dicotomia (linguística e cultural) urbano vs rural – que os personagens de Mazzaropi falavam nas suas celebradas criações cinematográficas: “Não é de se admirar [...] que Mazzaropi não fazia questão de se enturmar com o pessoal urbano, intelectualizado: ele tinha acesso direto ao povo que amava” (p. 182). Era filho da mesma cultura que agora contava os contos desta cultura.

E, por fim, o entrecruzamento de culturas, também dentro do Brasil, ao longo do espaço e do tempo, falando em africanidades. A obra traz à tona um aprofundado estudo do folclorista Câmara Cascudo, que desenvolveu a teoria da “xipofagia” para explicar a mistura entre os povos ibéricos, indígenas e africanos que formaram a cultura e o povo brasileiro. O processo ocorre quando uma cultura se abre em duas, respeitando a identidade e o valor de cada uma. Provavelmente foi inspirado nos seus estudos de Medicina, mais em concreto, nos chamados irmãos xipófagos, que nascem ligados pelo abdômen possuindo identidades diferentes. A partir dessa teoria, traça uma compreensão relativa à tradição oral, em termos das origens dos contos, acreditando ser difícil de estabelecer se um conto seria indígena ou africano, “pois eles seriam trançados por mil procedências: cruzam-se e recruzam-se, transformam-se e xipofagam-se” (p. 93).

Em resumo, a obra coletânea “Lusofonias em debate” revisita a velha discussão sobre Lusofonia – não tanto, como foi dito, no referente ao termo em si (relativamente recente) quanto aos imaginários que comporta –, assentada em um terreno polêmico e nada consensual e que, sobretudo desde perspectivas hodiernas e pós-modernas, perpassa as áreas do saber da literatura, da sociologia, da política e da história (p. 25). A proposta lúcida de pluralizar gramaticalmente o termo – Lusofonias e não apenas Lusofonia – permite abrir o leque de novas contribuições que ressignificam a compreensão do termo: a) o conceito de língua necessariamente atrelado à(s) cultura(s) que a falam; b) o conceito de sociolinguística variacionista; c) o conceito de uma Lusofonia multicêntrica; d) a história da língua portuguesa nos territórios onde foi desenvolvida – substratos e superestratos.

Todas estas reflexões convidam a uma leitura da coletânea organizada pela professora Vasconcelos e pelo professor Souza verdadeiramente recomendável para quem pretende se debruçar no estudo da língua portuguesa na sua concepção política, histórica, multicultural e variacionista, embasada na trilha marcada, entre outros, por Faraco (2016) ou Bagno (2016). É por isso que nela têm cabida por igual, além do foco que dá título à obra (p. 11-23), outras questões referentes à relação saber-poder tomando-o como um dispositivo conforme acepção de Foucault (p. 25-45); ou à realidade sociolinguística e cultural do Timor-Leste que não se encaixa no projeto inicial português, que desconsiderava suas particularidades culturais (p. 47-62); à complexidade linguística perante a questão da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe (p. 63-86); à herança africana na formação cultural brasileira segundo Câmara Cascudo (p. 87-99); aos efeitos de sentido para um leitor virtual brasileiro da escrita literária do moçambicano Mia Couto (p. 101-121); à política linguística salazarista nos manuais didáticos de língua portuguesa (p. 123-135); às forças

econômicas que manipulam a produção e distribuição de materiais didáticos em língua portuguesa na cidade de São Paulo na atualidade (p. 137-156); às contribuições culturais de representação de imaginários próprios, através do cordel, longe das heranças ibéricas e muito além do simplismo e da xilogravura (p. 157-174); e, por fim, ao legado de autonomia de produção cinematográfica e de registro linguístico de várias ordens que perpassam a obra de Mazzaropi (p. 175-185).

Referências

ADELUNG, Johann Christoph. **Grammatisch-kritisches Wörterbuch der hochdeutschen Mundart**. Leipzig: bey Johann Gottlob Immanuel Breitkopf und Compagnie, 1796.

ALVAR, Manuel. **La lengua como libertad y otros estudios**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1982.

BAGNO, Marcos. Para desmistificar a história da língua portuguesa. Resenha de Carlos Alberto Faraco, “História sociopolítica da língua portuguesa”. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 58.1, Campinas, p. 185-192, jan./abr. 2016.

BRITO, Regina Pires de. Entre vivências e estudos: por uma lusofonia possível. In: FERREIRA A.M. et al. **Pelos mares da língua portuguesa III**. Aveiro-Portugal: Universidade de Aveiro, 2017, p. 1043-1052. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/18281> Último acesso em: 13/02/2021.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRISTÓVÃO, Fernando et al. **Dicionário temático da lusofonia**. Lisboa/Luanda/Maputo: Texto Editores, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

GARCÍA MARTÍN, Ana María. “La lengua compañera del imperio” em Fernando Pessoa. **Revista USP**, São Paulo, n. 39, p. 146-152, set./nov. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35076/37815> Último acesso: 03/02/2021.

LAUSBERG, Heinrich. **Lingüística Románica**. Fonética. Trad. Espanhola de J. Pérez Riesco e E. Pascual Rodríguez. Madrid: Gredos, 1985.

MARTINS, Júlio; MOTTA, Jaime de (Orgs.) **Selecta Literária**. Ensino Liceal. Lisboa: Livraria Didáctica Editora, 1974.

MEYER, Anke Verena. La “Gramática de la lengua Castellana” de Antonio de Nebrija. Múnic: GRIN Verlag, 2002. Disponível em: <https://www.grin.com/document/16128>. Último acesso: 03/02/2021.

MIRANDA POZA, José Alberto. **Apontamentos de Linguística Histórica**. Ensaios de Filologia Românica e Filologia Clássica. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2019.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramática de la lengua castellana**. Madrid: Luarna Ediciones, s/a. Disponível em:

<http://www.ataun.eus/BIBLIOTECAGRATUITA/Ci%C3%A1sicos%20en%20Espa%C3%B1ol/Antonio%20de%20Nebrija/Gram%C3%A1tica%20de%20la%20lengua%20Castellana.pdf> Último acesso: 03/02/2021.

PESSOA, Fernando. **Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional**. Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão. Lisboa: Ática Editora, 1979.

RÉAU, Louis. **L'Europe française au siècle des lumières**. Paris: Edit. Albin Michel, 1951.

SANTOS REDONDO, Manuel; MONTÁS BETANCES, Manuel Moisés. Economía de las industrias culturales en español. In: José Luis García Delgado, José Antonio Alonso, Juan Carlos Jiménez (Orgs.) **El español lengua global**. La economía. Madrid: Santillana / Instituto Cervantes, 2010. [Publicação Online] Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_economia/07.htm Último acesso em: 13/02/2021.

STALIN, Josef. **Il marxismo e la linguistica**. Traduzione di Bruno Meriggi. Milano: Feltrinelli, 1968.